

## EXAME DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Padrão (espelho) de correção utilizado pela banca mediante a utilização dos critérios previstos no item 4.7.4 do Edital

**Questão 1. Os fins das políticas públicas podem ser enxergados desde pelo menos dois ângulos. O primeiro ângulo os toma como dados, isto é, como produtos de escolhas políticas em relação às quais o direito ou o jurista têm pouca ou nenhuma ingerência. Os objetivos e metas das políticas públicas seriam, portanto, definidos extrajuridicamente, no campo da política, cabendo ao arcabouço jurídico a função eminentemente instrumental de realizá-los. Outro ponto de vista enxerga o direito como, ele próprio, uma fonte definidora dos próprios objetivos aos quais serve como meio. (COUTINHO, Diogo R. O direito nas políticas públicas. MARQUES, Eduardo e FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Política Pública como Campo Multidisciplinar. São Paulo: Ed. UNESP (no prelo))**

**Tomando como base o texto acima, e de forma dialogada com os demais textos indicados para a presente prova de seleção, discorra sobre a relação entre o direito e as políticas públicas, abordando, necessariamente: a) o papel da política e sua relação com a autonomia do ordenamento jurídico; b) o direito como arranjo institucional das políticas públicas; c) o direito como forma de assegurar participação e controle na conformação das políticas.**

**Padrão para resposta:**

**Questão 1.**

a) O candidato deveria reconhecer que o arcabouço jurídico tem como característica formalizar metas e indicar os pontos de chegada das políticas públicas. Desta forma, o direito é visto como uma *bússola*, cujo norte são os objetivos dados politicamente, de acordo com os limites de uma ordem jurídica. As características fundamentais para o reconhecimento de um ordenamento como *jurídico* também possuem importância na resposta a este item.

b) As normas jurídicas estruturam o funcionamento das políticas públicas, regulam os seus procedimentos e se encarregam de viabilizar a articulação entre atores direta ou indiretamente ligados a tais políticas. Desta forma, esperava-se que o candidato reconhecesse as dimensões funcional e estrutural do ordenamento jurídico no tocante às políticas públicas.

c) As decisões em políticas públicas devem ser tomadas de forma a assegurar a participação de todos os interessados. Para isso, devem contar com mecanismos de deliberação, participação, consulta, colaboração e decisão conjunta. O papel do ordenamento jurídico reside justamente na previsão normativa de todos esses mecanismos.

**Questão 2. As políticas devem ser vistas também como processo ou conjunto de processos que culmina na escolha racional e coletiva de prioridades, para a definição dos interesses públicos reconhecidos pelo direito. A locução conjunto de processos conota os procedimentos coordenados pelo governo para a interação entre sujeitos ou entre estes e a Administração, com o exercício do contraditório. No processo explicitam-se e contrapõem-se os direitos, deveres, ônus e faculdades dos vários interessados na atuação administrativa, além da própria Administração (BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito Administrativo e Políticas Públicas. São Paulo: Saraiva, 2002. pp. 241- 278).**

**Com fundamento o texto acima, e de forma dialogada com os demais textos indicados para a presente prova de seleção, discorra sobre: a) a processualidade das políticas públicas com referência à sua formação, execução e avaliação; e b) de que forma ocorre uma procedimentalização das relações entre os poderes públicos (Executivo, Legislativo e Judiciário), pensados como independentes e harmônicos, no tocante à efetivação das políticas públicas.**

**Padrão para resposta:**

## Questão 2.

a) No conceito de processualidade é preciso considerar três momentos: o da formação, o da execução e da avaliação. Na formação é necessária a apresentação dos pressupostos técnicos e materiais, pela administração ou pelos interessados, para confronto com outros pressupostos, trazidos pelas demais partes, de interesses opostos. Na execução temos as medidas administrativas, financeiras e legais de implementação do programa na avaliação, temos a apreciação dos efeitos, sociais e jurídicos, também com o prisma do contraditório de cada uma das escolhas possíveis em vista dos pressupostos apresentados. Desta forma, esperava-se do candidato uma abordagem mais complexa e dialética de todo o ciclo das políticas públicas sob a dinâmica processual, dos diversos atos conectados e dos atores envolvidos, compreendendo a importância da processualidade.

b) O candidato deveria abordar a necessária superação da visão estrita de separação entre os poderes, especialmente a visão liberal que atribui ao poder legislativo a competência exclusiva para o exercício da função formadora do direito. Tal visão, em matéria de políticas públicas, se confirma em relação aos programas de longo prazo, cuja realização ultrapasse a duração de um governo. Todavia, como programas de ação ou de governo, sobressai o fenômeno da normatividade feita pelo Executivo, o que possibilita ação ágil do Governo por meio da diferenciação das funções legislativa e normativa, não sendo considerada esta última como integrante daquela. Na relação com o Judiciário, sobressai a questão da justiciabilidade ou judicialização das políticas públicas, por meio de instrumentos como a ação civil pública.